



DEVANT ASSET INVESTIMENTOS LTDA.

CNPJ: 28.363.263/0001-84

NIRE: 3523504566-6

SÉTIMA ALTERAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL

Pela presente Sexta Alteração e Consolidação do Contrato Social,

1. **RTSC ADMINISTRAÇÃO E PARTICIPAÇÕES LTDA.**, sociedade empresaria limitada, com sede empresarial na Rua Estados Unidos, n. 475, Jardim América, na capital do Estado de São Paulo – CEP: 01427-000, com seus atos constitutivos arquivados na Junta Comercial do Estado de São Paulo (“JUCESP”) sob o NIRE 3522971589-2, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 24.327.763/0001-00, neste ato representada por seu administrador **Marcos Jorge**, brasileiro, solteiro, nascido em 24 de outubro de 1985, administrador, portador da cédula de identidade RG nº 33.630.293-9 SSP/SP e inscrito no CPF/MF sob o n. 346.847.398-21, residente e domiciliado em São Paulo/SP, com escritório comercial no endereço na Rua Estados Unidos, n. 475, Jardim América, na capital do Estado de São Paulo – CEP: 01427-000, doravante denominada simplesmente **“RTSC”**;

2. **BRUNO EIRAS MARTINS**, brasileiro, casado, nascido em 19 de abril de 1987, empresário, portador da cédula de identidade RG nº 26.452.823-2 SSP/SP e inscrito no CPF/MF sob o n. 339.513.988-33, e com escritório comercial no endereço na Rua Fidêncio Ramos, nº 195, 4º andar, conjunto 44, Vila Olímpia, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo - SP, CEP 04551-010, doravante denominado simplesmente **“Bruno Eiras”**;

3. **DAVID CAMACHO DA COSTA**, brasileiro, solteiro, nascido em 04 de maio de 1988, empresário, portador da cédula de identidade RG n. 34.259.374-2 SSP/SP e inscrito no CPF/MF sob o n. 366.590.448-09, e com escritório comercial no endereço na Rua Fidêncio Ramos, nº 195, 4º andar, conjunto 44, Vila Olímpia, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo - SP, CEP 04551-010, doravante denominado simplesmente **“David Camacho”**;

4. **PEDRO TERRANOVA**, brasileiro, solteiro, nascido em 08 de julho de 1986, empresário, portador da cédula de identidade RG n. 44.938.414-7 SSP/SP e inscrito no CPF/MF sob o n. 353.133.818-81, e com escritório comercial no endereço na Rua Fidêncio Ramos, nº 195, 4º andar, conjunto 44, Vila Olímpia, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo - SP, CEP 04551-010 **“Pedro Terranova”**;

5. **LUIS FELIPE TAKEO FUJIWARA**, brasileiro, solteiro, nascido em 11 de maio de 1992, engenheiro, portador da cédula de identidade RG nº 37.529.058-8 SSP/SP e inscrito no CPF/MF sob o nº 408.056.658-11, e com escritório comercial no endereço na Rua Fidêncio Ramos, nº 195, 4º andar,

JUL 27 1988

conjunto 44, Vila Olímpia, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo - SP, CEP 04551-010, ("**Luis Fujiwara**");

6. **MAÍSA DE OLIVEIRA SANTOS**, brasileira, solteira, nascida em 27 de janeiro de 1988, contadora, portadora da cédula de identidade RG nº 43.344.768-0 SSP/SP e inscrita no CPF sob o nº 353.146.148-63, e com escritório comercial no endereço na Rua Fidêncio Ramos, nº 195, 4º andar, conjunto 44, Vila Olímpia, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo - SP, CEP 04551-010, doravante denominado simplesmente ("**Maísa Oliveira**");

7. **HELIO SANTOS PIO JUNIOR**, brasileiro, casado, nascido em 05 de janeiro de 1980, empresário, portador da cédula de identidade RG n. 11.660.342-4 DETRAN/RJ e inscrito no CPF/MF sob o n. 087.013.577-51, residente e domiciliado em São Paulo – SP e com escritório comercial no endereço na Rua Fidêncio Ramos, nº 195, 4º andar, conjunto 44, Vila Olímpia, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo - SP, CEP 04551-010 ("**Helio Pio**");

8. **VICENZO KARTALIAN DELLA MONICA**, brasileiro, solteiro, nascido em 25 de março de 1997, empresário, portador da cédula de identidade RG n. 38.313.272-1 SSP/SP e inscrito no CPF/MF sob o n. 403.138.538-27, residente e domiciliado em São Paulo – SP e com escritório comercial no endereço na Rua Fidêncio Ramos, nº 195, 4º andar, conjunto 44, Vila Olímpia, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo - SP, CEP 04551-010 ("**Vicenzo Kartalian**");

9. **RODRIGO COSTA FRANÇA PEREIRA**, brasileiro, solteiro, empresário, nascido em 05 de setembro de 1995, portador da cédula de identidade RG nº 39.756.205-6 SSP/SP e inscrito no CPF/MF 449.162.388-00, residente e domiciliado em São Paulo/SP e com escritório comercial no endereço na Rua Fidêncio Ramos, nº 195, 4º andar, Conjunto 44, Vila Olímpia, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo - SP, CEP 04551-010 ("**Rodrigo França**")

(doravante, em conjunto denominados "**Sócios**", ou individualmente "**Sócio**")

Únicos Sócios da Sociedade empresária limitada denominada **DEVANT ASSET INVESTIMENTOS LTDA.**, com seus atos constitutivos arquivados na Junta Comercial do Estado de São Paulo sob o NIRE 3523504566-6, inscrita no CNPJ sob o n. 28.363.263/0001-84, com sede à Rua Fidêncio Ramos, 195, 4º andar Conjunto 44, Vila Olímpia, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo – CEP: 04551-010 ("**Sociedade**"), resolvem de comum acordo alterar seu contrato social mediante as seguintes cláusulas e condições, sendo que as demais cláusulas continuam inalteradas:

I – DA ALTERAÇÃO DO QUADRO SOCIAL DA SOCIEDADE

1. Os Sócios, por unanimidade e de comum acordo, resolvem alterar o quadro social da Sociedade de forma a integrar o Sr. **CHRISTIANO LUIZ DE FIGUEIREDO MOREIRA**, brasileiro,

JUCESP
27.49.21

divorciado, economista, nascido em 09 de janeiro de 1982, portador da cédula de identidade RG nº MG-12.695.712 PCMG e inscrito no CPF/MF 057.431.156-48, residente e domiciliado na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo e com escritório comercial no endereço na Rua Fidêncio Ramos, nº 195, 4º andar, cj 44, Vila Olímpia, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo - SP, CEP 04551-010 – CEP 04548-003 ("**Christiano Moreira**");

2. A sócia RTSC identificada no preâmbulo cede e transfere ao Sr. Christiano Moreira, 3 (três) cotas no valor R\$ 1,00 (um real) cada, totalizando o valor de R\$ 3,00 (três reais), totalmente subscrito e integralizado em moeda corrente do país pelo que a Sociedade e os cotistas trocam plena, geral rasa e irrevogável quitação, não tendo mais nada a reclamar em juízo ou fora dele;
3. Em razão da alteração ocorrida acima, os Sócios decidem por unanimidade e de comum acordo alterar a Cláusula Quinta do Contrato Social passa a vigorar com a seguinte redação:

CLÁUSULA QUINTA – O Capital Social total é de R\$ 3.000,00 (três mil reais), divididos em 3.000 (três mil) quotas no valor nominal de R\$ 1,00 (um real), já subscrito e integralizado em moeda corrente do país, e assim distribuídas entre os Sócios:

SÓCIOS	QUOTAS	VALOR EM R\$	%
RTSC ADMINISTRAÇÃO E PARTICIPAÇÕES LTDA.	1.632	1.632,00	54,40
BRUNO EIRAS MARTINS	525	525,00	17,50
DAVID CAMACHO DA COSTA	375	375,00	12,50
HELIO SANTOS PIO JUNIOR	240	240,00	8,00
PEDRO TERRANOVA	120	120,00	4,00
MAISA DE OLIVEIRA SANTOS	60	60,00	2,00
LUIS FELIPE TAKEO FUJIWARA	30	30,00	1,00
VICENZO KARTALIAN DELLA MONICA	12	12,00	0,40
RODRIGO COSTA FRANÇA PEREIRA	3	3,00	0,10
CHRISTIANO LUIZ DE FIGUEIREDO MOREIRA	3	3,00	0,10
TOTAL	3.000	3.000,00	100

II – DA INALTERABILIDADE DAS DEMAIS CLÁUSULAS

JUL 2017
27 49 21

2. As demais cláusulas do Contrato Social Consolidado, não modificadas por este instrumento, permanecem inalteradas.

III - DA CONSOLIDAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL

3. Os sócios decidem, ainda, ratificar as demais disposições do Contrato Social da Devant Asset Investimentos Ltda. que não foram expressamente alteradas por meio do presente instrumento, bem como consolidar o Contrato Social da Sociedade, o qual passa a vigorar com a seguinte nova redação:

CONSOLIDAÇÃO

CAPÍTULO I

DENOMINAÇÃO, SEDE, OBJETIVO E DURAÇÃO

CLÁUSULA PRIMEIRA – A Sociedade gira sob a denominação de **DEVANT ASSET INVESTIMENTOS LTDA.**

CLÁUSULA SEGUNDA – A Sociedade tem sede e foro na Rua Fidêncio Ramos, 195, 4º andar cj 44, Vila Olímpia, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo – CEP: 04551-010, podendo, a critério dos Sócios, abrir e fechar filiais, sucursais, agências e escritórios, em qualquer localidade do País ou do exterior, por deliberação da maioria dos Sócios.

CLÁUSULA TERCEIRA – A Sociedade iniciou suas atividades em 23 março de 2017, e seu prazo de duração será indeterminado.

CLÁUSULA QUARTA – A Sociedade tem por objetivo a administração de carteiras de títulos, valores mobiliários e ativos financeiros.

CAPÍTULO II

CAPITAL SOCIAL E QUOTAS

CLÁUSULA QUINTA – O Capital Social total é de R\$ 3.000,00 (três mil reais), divididos em 3.000 (três mil) quotas no valor nominal de R\$ 1,00 (um real), já subscrito e integralizado em moeda corrente do país, e assim distribuídas entre os Sócios:

JUL 2019
27 09 21

SÓCIOS	QUOTAS	VALOR EM R\$	%
RTSC ADMINISTRAÇÃO E PARTICIPAÇÕES LTDA.	1.632	1.632,00	54,40
BRUNO EIRAS MARTINS	525	525,00	17,50
DAVID CAMACHO DA COSTA	375	375,00	12,50
HELIO SANTOS PIO JUNIOR	240	240,00	8,00
PEDRO TERRANOVA	120	120,00	4,00
MAISA DE OLIVEIRA SANTOS	60	60,00	2,00
LUIS FELIPE TAKEO FUJIWARA	30	30,00	1,00
VICENZO KARTALIAN DELLA MONICA	12	12,00	0,40
RODRIGO COSTA FRANÇA PEREIRA	3	3,00	0,10
CHRISTIANO LUIZ DE FIGUEIREDO MOREIRA	3	3,00	0,10
TOTAL	3.000	3.000,00	100

Parágrafo Único – A responsabilidade dos Sócios é restrita ao valor de suas quotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do capital social, nos termos do artigo 1.052 da Lei 10.406 de 10 de janeiro de 2002.

CLÁUSULA SEXTA – As quotas são indivisíveis em relação à Sociedade e não poderão ser caucionadas, empenhadas, oneradas ou gravadas, total ou parcialmente, a qualquer título. A cessão das quotas obedecerá ao procedimento estabelecido na Cláusula Sétima.

CAPÍTULO III CESSÃO DE QUOTAS E DO DIREITO DE PREFERÊNCIA

CLÁUSULA SÉTIMA – As quotas somente poderão ser cedidas a terceira após terem sido oferecidas preferencialmente aos Sócios remanescentes, através de notificação, com prazo mínimo de 60 (sessenta) dias, para que possam exercer ou não, o direito de preferência. Decorrido esse prazo e observada a igualdade de condições, podem ser oferecidas a terceiros, estranhos à Sociedade.

Parágrafo Único – A notificação deverá conter a quantidade de quotas e o preço por elas exigido.

CLÁUSULA OITAVA – Na hipótese de todos os Sócios manifestarem o direito de preferência, a cessão das quotas se fará na proporção das quotas que possuírem. Se apenas parte dos Sócios exercerem esse direito, os demais poderão, no prazo adicional de dez dias, mediante rateio, exercerem o direito de adquirirem as quotas disponíveis.

JUL 27 2021

CLÁUSULA NONA – A Sociedade somente poderá exercer o direito de preferência à aquisição total ou parcial das quotas, se os Sócios não exercerem, no prazo de 60 (sessenta) dias preferencialmente aos terceiros, estranhos à Sociedade, observando que esta aquisição se faça sem prejuízo do capital social ou de reservas de capital. Devendo utilizar os recursos das reservas de lucros. Estas quotas permanecerão em tesouraria pelo prazo máximo de 180 dias e, se não forem alienadas neste prazo, a Sociedade deverá promover a redução do capital social no montante equivalente ao valor das quotas, revertendo o seu valor para a conta de lucro que originariamente disponibilizou os recursos para as quotas em tesouraria.

CLÁUSULA DÉCIMA – Decorrido o prazo de preferência, e assumida pelos Sócios, pela Sociedade ou por terceiros, a totalidade do aumento, haverá reunião dos Sócios para que seja aprovada a modificação do contrato, nos termos da Lei 10.406 de 2002.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – Não exercido o direito de preferência pelo Sócio ou pela Sociedade, o cedente estará automaticamente autorizado a efetivar a cessão a terceiro, pelo preço mínimo indicado anteriormente, conforme exigência do parágrafo único da Cláusula Sétima.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – Na hipótese de não efetivada a cessão no preço ofertado e persistir o Sócio na intenção de alienar suas quotas, o procedimento referente ao exercício do direito de preferência, deverá ser repetido, observado o novo preço mínimo.

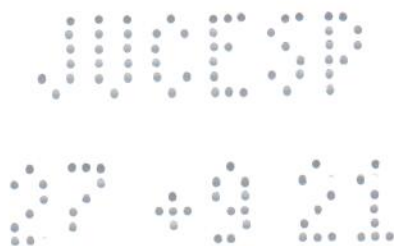
CAPÍTULO IV

ADMINISTRAÇÃO

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - A administração da Sociedade será exercida por até 4 (quatro) administradores, denominados conjuntamente de "Diretores", ou individualmente, conforme designação específica das seguintes Diretorias: (i) "Diretoria Executiva"; (ii) "Diretoria de Distribuição e Suitability"; (iii) "Diretoria de Gestão"; e, (iv) "Diretoria de Compliance, Risco e PLD".

Parágrafo Primeiro: A nomeação dos Diretores, Sócios ou não, fica sujeita à aprovação do(s) Sócio(s) representando $\frac{3}{4}$ (três quartos) das quotas do capital da Sociedade, e sua destituição poderá ocorrer, a qualquer tempo, mediante a deliberação do(s) Sócio(s) representando $\frac{3}{4}$ (três quartos) das quotas do capital da Sociedade, ainda que sem justa causa e independente de notificação prévia.

Parágrafo Segundo: Os Diretores terão os mais amplos poderes de gestão, cabendo-lhes, a administração e a representação ativa e passiva da Sociedade, em juízo ou fora dele, perante quaisquer entidades, públicas privadas, bancos, instituições financeiras de qualquer natureza,



todos e quaisquer órgãos governamentais, inclusive a Secretaria da Receita Federal, Banco Central do Brasil e a Comissão de Valores Mobiliários.

Parágrafo Terceiro: A Sociedade poderá, ainda, ser representada por procuradores, constituído na presença de pelo menos 2 (dois) Diretores e/ou do Diretor Executivo, e conterão poderes especiais e, exceto nos casos de procurações outorgadas a advogados para representação da Sociedade em processos administrativos e/ou judiciais, terão prazo de validade determinado.

Parágrafo Quarto: Todos os documentos que criem obrigações para a Sociedade ou que desonerem terceiros em relação às obrigações com a Sociedade deverão, sob pena de não surtirem efeitos contra a Sociedade, ser assinados (i) individualmente, pelo Diretor Executivo; (ii) por 2 (dois) diretores, em conjunto; ou, (iii) por 1 (um) diretor e 1 (um) procurador, em conjunto.

Parágrafo Quinto: Os cargos de **Diretor de Executivo** e de **Diretor de Gestão** cabem ao Sócio Sr. **BRUNO EIRAS MARTINS**, acima qualificado, responsável (i) por propor aos Sócios da Sociedade a macroestrutura organizacional da Sociedade; planejar, coordenar e organizar as atividades relativas ao objeto social da Sociedade; e convocar e presidir as reuniões das Diretorias; (ii) pela administração de carteira de valores mobiliários, nos termos da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 558, de 26 de março de 2015, conforme alterada, na categoria de Gestor de Recursos.

Parágrafo Sexto: O cargo de **Diretor de Distribuição e Suitability** cabe ao Sr. **DAVID CAMACHO**, responsável pela distribuição de cotas dos fundos de investimentos sob a gestão da Sociedade, conforme previsto no inciso I do art. 30 da Instrução CVM nº 558, de 26 de março de 2015, conforme alterada, e pelo cumprimento das normas estabelecidas na Instrução CVM nº 539, de 13 de dezembro de 2013, conforme alterada.

Parágrafo Sétimo: O cargo de **Diretor de Compliance, Risco e PLD**, cabe ao Sócio Sr. **PEDRO TERRANOVA**, acima qualificado, responsável por verificar o cumprimento da política de gestão de riscos da Sociedade; encaminhar relatório da exposição a risco, de cada carteira de valores mobiliários sob gestão da Sociedade, para as pessoas indicadas na política de gestão de riscos em frequência, no mínimo, mensal; e, supervisionar diligentemente, se houver, terceiro contratado para mensurar os riscos inerentes a cada uma das carteiras de valores mobiliários; bem como responsável pela implementação e cumprimento das regras, políticas, procedimentos e controles internos, estabelecidos pela CVM e pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais ("Anbima"), e pelo cumprimento das normas relativas à prevenção da lavagem de dinheiro ("PLD"), nos termos do art. 10 da Instrução CVM nº 301, de 13 de abril de 1999, conforme alterada.

JUL 29
27 49 21

Parágrafo Oitavo: São expressamente vedados, sendo nulos e inoperantes com relação à Sociedade, os atos de qualquer das sócias, Diretores, procuradores, prepostos ou empregados que a envolverem em obrigações relativas à negócios ou operações estranhas ao objeto social ou em violação ao quanto previsto neste Contrato Social, notadamente, a prestação de quaisquer garantias em favor de estranhos à Sociedade.

CAPÍTULO V

RETIRADA, EXCLUSÃO E FALECIMENTO DOS SÓCIOS

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - A sociedade não se dissolverá pela morte, incapacidade ou insolvência de qualquer sócio pessoa natural, ou liquidação ou falência de Sócio pessoa jurídica, prosseguindo a mesma com o sócio remanescente, ressalvado que a pluralidade de sócios deve ser reconstruída no prazo de cento e oitenta dias.

Parágrafo Primeiro: Ocorrendo uma das hipóteses prevista acima, a Sociedade resgatará a totalidade das quotas do Sócio em questão.

Parágrafo Segundo: O Sócio poderá declarar à Sociedade o nome do (a) beneficiário (a) a quem o resgate deverá ser pago nos casos de morte ou incapacidade do declarante.

Parágrafo Terceiro: Para fins do Parágrafo Primeiro acima, o preço de cada quota tomará por base o valor patrimonial da sociedade, apurando em balanço especial levantado no mês em que tenha ocorrido o evento, dividido pelo número total de quotas. O pagamento das quotas resgatadas deverá ocorrer em até 180 (cento e oitenta) dias da data do levantamento do balanço especial, sem correções ou juros.

Parágrafo Quarto: É ainda expressamente vedado o ingresso na sociedade de cônjuges, ex-cônjuges, conviventes ou ex-conviventes, inclusive em decorrência de separação judicial ou divórcio de qualquer dos Sócios, salvo expressa anuência da unanimidade dos Sócios remanescentes. Nestes casos, as quotas com que referidas pessoas sejam contempladas na respectiva divisão patrimonial deverão ser resgatadas e pagas a tais pessoas na forma prevista no parágrafo segundo acima.

Parágrafo Quinto: Em caso de penhora de quota social por terceiros estranhos à Sociedade, fica expressamente vedada a participação do terceiro na sociedade, devendo haver o respectivo resgate da totalidade das quotas penhoradas, cujo pagamento deve ser feito nos termos do Parágrafo Segundo acima.

Parágrafo Sexto: O capital social não será reduzido pelo resgate, mas o número de quotas em que o capital se divide será diminuído na exata medida da quantidade de quotas resgatadas, com correspondente aumento do valor nominal das quotas.

JUL 27 2021

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - O sócio dissidente de decisões sobre alterações do contrato social, fusão e incorporação envolvendo a Sociedade, pode exercer seu direito de retirada em até 30 (trinta) dias de reunião de sócios que deliberou sobre a matéria, mediante notificação escrita enviada à Sociedade, sendo que o pagamento respectivo deve ser feito nos termos do Parágrafo Primeiro da Cláusula Décima Quarta acima. Neste caso, o sócio dissidente deve oferecer suas quotas aos demais sócios, na proporção de suas respectivas participações. As quotas do sócio dissidente não alienadas aos sócios remanescentes serão adquiridas pela Sociedade.

Parágrafo Primeiro: Quando um ou mais Sócios incorrerem em justa causa, nos termos do artigo 1.085 do Código Civil, sócios representando a maioria absoluta do capital social poderão excluí-lo(s) da Sociedade, em reunião convocada especialmente para esse fim.

Parágrafo Segundo: No caso de exclusão por justa causa, o Sócio que se retira da Sociedade receberá por suas quotas integralizadas quantia equivalente ao valor patrimonial das mesmas, calculado nos termos Parágrafo Primeiro da Cláusula Décima Quarta acima.

Parágrafo Terceiro: Quando um ou mais Sócios decidirem não mais fazer parte da administração e deixar de atuar de forma efetiva nas atividades da Sociedade, este deverá entregar carta de renúncia e oferecer suas quotas aos demais Sócios, na proporção de suas respectivas participações. As quotas do Sócio renunciante não alienadas aos Sócios remanescentes, serão adquiridas pela Sociedade. O pagamento das quotas deve ser feito nos termos do Parágrafo Primeiro da Cláusula Décima Quarta acima.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – A maioria dos Sócios que representem, no mínimo 3/4 (três quartos) do capital social poderá, a qualquer momento, e desde que haja justa causa, excluir Sócios da Sociedade.

Parágrafo Único – Os demais Sócios poderão, a seu exclusivo critério e de comum acordo, optar por adquirir as quotas do Sócio excluído ou, no caso de não haver interesse ou consenso, a Sociedade devesse adquiri-las na forma e prazo previstos no Capítulo III.

CAPÍTULO VI

DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS, CONTÁBEIS E SOCIAIS

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – O exercício social coincidirá com ano civil, quando serão apuradas as demonstrações financeiras, em conformidade com os Princípios Contábeis geralmente aceitos. A escrituração contábil ficará a cargo de contabilista legalmente habilitado conforme artigo 1182 da Lei 10.406, de 2002, para efeito de responsabilidade civil.

CAPÍTULO VII

DISSOLUÇÃO E LIQUIDAÇÃO DA SOCIEDADE

11029
27-02-21

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – A Sociedade não estrará em dissolução nos casos de retirada, falecimento ou impedimento de qualquer um dos Sócios, cabendo ao Sócio sobrevivente e seus herdeiros a continuidade da Sociedade. No prazo de trinta dias será levantado o balanço da Sociedade, cuja data-base é a data da ocorrência do referido evento que dê causa a apuração dos haveres.

Parágrafo Único – Em todas as hipóteses da dissolução, os Sócios elegerão o liquidante, Sócio ou não, observado os termos do artigo 1102 e seguintes da Lei 10.406, de 2002.

CAPÍTULO VIII DECLARAÇÃO DE DESIMPEDIMENTO

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – Os Sócios e Diretores declaram, sob as penas da lei, que não estão impedidas, por lei especial, de exercer atividades mercantis, administrar a Sociedade e nem condenados ou sob efeitos de condenação, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato; ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra as formas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, a fé pública ou a propriedade.

CAPÍTULO IX DELIBERAÇÕES SOCIAIS

CLÁUSULA VIGÉSIMA - Os Sócios deliberarão sobre quaisquer assuntos de interesse social, em reunião de Sócios.

Parágrafo Primeiro - Para que qualquer matéria seja validamente deliberada em reunião de Sócios, bastará o voto favorável dos Sócios que detiverem participação igual ou superior a $\frac{3}{4}$ (três quartos) das quotas representativas do capital da Sociedade.

Parágrafo Segundo- Qualquer dos Sócios ou dos administradores poderá pedir a realização de reunião de Sócios. A convocação de reunião de Sócios far-se-á mediante anúncio publicado por 3 (três) vezes, no mínimo contendo local, data e hora da reunião e ordem do dia.

Parágrafo Terceiro - A primeira convocação deverá ser feita com 8 (oito) dias de antecedência, contando o prazo da publicação do primeiro anúncio e, não se realizando a reunião, será publicado novo anúncio, com antecedência mínima de 5 (cinco) dias.

Parágrafo Quarto - As convocações para reunião de Sócios poderão ser dispensadas, se estiverem presentes os Sócios representando a totalidade do capital social ou se declararem por escrito, cientes do local, data, hora e ordem do dia.

Parágrafo Quinto - A reunião dos Sócios poderá ser dispensada se todos os Sócios decidirem, por escrito, sobre a matéria objeto da reunião de Sócios.

JUL 2021

Parágrafo Sexto - Qualquer dos Sócios poderá ser representado por procurador, sendo então considerado presente à reunião de Sócios.

Parágrafo Sétimo - Os trabalhos e deliberações serão lavrados no livro de atas de reunião de Sócios, ata assinada pelos membros da mesa e pelos Sócios presentes.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA – Respeitadas as disposições contidas na lei societária em vigor, os Sócios reunir-se-ão no mínimo uma vez ao ano, em caráter ordinário, nos quatro primeiros meses seguintes ao término do exercício social.

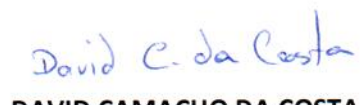
CAPÍTULO X DISPOSIÇÕES GERAIS

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA – Os casos omissos neste instrumento particular serão resolvidos de conformidade com as disposições legais, de conformidade a Lei 10.406 de 10.01.2002. Respeitadas as disposições contidas na lei societária em vigor, os Sócios reunir-se-ão no mínimo uma vez ao ano, em caráter ordinário, nos quatro primeiros meses seguintes ao término do exercício social.

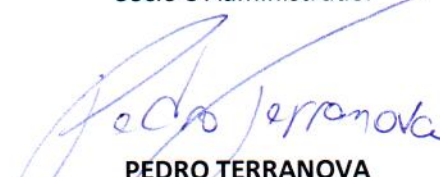
E, por estarem em tudo justo e contratado na melhor forma de direito, firmam o presente instrumento em 3 (três) vias de igual teor e forma e fica eleito o foro da Comarca da cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, para nele serem dirimidas todas as dúvidas ou questões decorrentes do presente instrumento particular.

São Paulo, 20 de setembro de 2021.


BRUNO EIRAS MARTINS
Sócio e Administrador


DAVID CAMACHO DA COSTA
Sócio e Administrador


RTSC ADMINISTRAÇÃO E PARTICIPAÇÕES LTDA
Sócia Representada pelo Sr. **Marcos Jorge**


PEDRO TERRANOVA
Sócio e Administrador







JUCESP
27 SET 2021

LUIS FELIPE TAKEO FUJIWARA

Sócio

MAISA DE OLIVEIRA SANTOS

Sócia

HELIO SANTOS PIO JUNIOR

Sócio

VICENZO KARTALIAN DELLA MONICA

Sócio

RODRIGO COSTA FRANÇA PEREIRA

Sócio

CHRISTIANO LUIZ DE FIGUEIREDO MOREIRA

Sócio

(continuação da página de assinaturas da 7ª ALTERAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO da DEVANT ASSET INVESTIMENTOS LTDA., CNPJ 28.363.263/0001-84 realizada em 20 de setembro de 2021.

